

EXCELENTÍSSIMO SENHOR CONSELHEIRO PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE
CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2021

PROCESSO LICITATORIO Nº 052/2021

OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO DE 17 LUGARES, MEDIANTE EMENDA, PARA ATENDER AS
NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.
MUNICÍPIO DE CATAS ALTAS DA NORUEGA

DENÚNCIA

- IGNORAR LEGISLAÇÃO QUE TRATA DO COMERCIO DE VEICULOS NOVOS
- IGNORAR CLAÚSULAS DO PRÓPRIO EDITAL
- DESPREZAR JURISPRUDÊNCIAS RECENTES DESTES TRIBUNAL
- IGNORAR JURISPRUDÊNCIAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS

TECAR DIESEL CAMINHÕES E ONIBUS LTDA, CNPJ: 28.567.438/0001-75, com sede na Av. Brasil – Quadra C – Lotes 9 e 10 – Parque São Jorge – Anápolis/GO – CEP 75.126-207, por seu representante legal, infra-assinado, vem à presença de Vossa Excelência apresentar **DENÚNCIA COM PEDIDO LIMINAR**, contra decisão proferida pelo pregoeiro Emerson Luiz Serafim, por descumprirem o edital, Lei Federal e simplesmente desprezar o entendimento deste honroso tribunal e demais regulamentos que tratam do comercio de veículos novos no Brasil.

I - DA LIMINAR

Considerando que o artigo 60 da Lei complementar nº 102/08 não permite que este Tribunal suspenda de forma liminar qualquer licitação após a assinatura do contrato e que os Municípios, para garantir o menor preço, mesmo de forma suspeita, aceleram a formalização da assinatura, a imediata suspensão do Processo é a única forma de garantir a legalidade do procedimento e legitimidade do direito da Denunciante.

II - DOS FATOS E FUNDAMENTOS

Trata-se de processo licitatório, na modalidade de pregão presencial, cujo objeto, nos termos do edital é **"a escolha da proposta mais vantajosa para a**

Administração, de menor preço por item, para a futura e eventual aquisição de veículo de 17 lugares, mediante emenda, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, conforme especificação contida no Anexo I deste Edital. "

Assim, observada as fases do certame, e as condições editalícias estabelecidas, notadamente quanto a sua idoneidade, a Recorrente se viu na condição de concorrer e apresentou proposta atendendo às disposições legais e editalícias cabíveis ao caso.

Ocorreu que, quando do início da sessão, o Representante da Recorrente contestou a participação de empresas que não são concessionárias autorizadas dos fabricantes, então, impedidas por lei de comercializar veículos novos e **SEM CONDIÇÃO DE CUMPRIR O EDITAL QUANTO AO PRIMEIRO EMPLACAMENTO!**

Tal fato, naquele momento, foi desconsiderado pelo pregoeiro, mesmo considerando que o edital foi devidamente publicado, amplamente divulgado e especificou todas as condições do certame, **INCLUSIVE QUANTO AO PRIMEIRO EMPLACAMENTO SERÁ REALIZADO EM NOME DO MUNICÍPIO DE CATAS ALTAS DA NORUEGA.**

Essa informação é repetida no edital e nas duas erratas publicadas, portanto, não resta nenhuma dúvida de que pretendem adquirir veículos novos, 0 km, com primeiro emplacamento em nome do município!

Neste caso, deveriam tratar o aspecto legal desta determinação primeiro emplacamento como condição legal, **SENÃO NÃO HÁ MOTIVO PARA QUE CONSTE NO EDITAL! Ou seja, QUAL É O SENTIDO LEGAL PARA TAL DETERMINAÇÃO NO EDITAL?**

Foi a apresentado Recurso Administrativo com toda a documentação que comprovam o impedimento das revendas de comercializar veículos com primeiro emplacamento, SENDO DESPREZADO PELO PREGOEIRO.

III – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Quando o assunto é especificamente veículos, há a necessidade de ser observar alguns regramentos além das disciplinadoras de licitação, pois a autorização de venda, características dos veículos e tributação tem regulamentos próprios, a começar pela Lei nº 6.729/79.

III.1 - DA LEI 6.729/79

A Lei 6.729/70 (Lei Ferrari), posteriormente alterada pela Lei 8.132/90, que "Dispõe sobre a concessão comercial entre produtores e distribuidores de veículos automotores de via terrestre.", determina em seu art. 1º que:

"Art. 1º A distribuição de veículos automotores, de via terrestre, efetivar-se-á através de concessão comercial entre produtores e distribuidores

disciplinada por esta Lei e, no que não a contrariem, pelas convenções nela previstas e disposições contratuais."

Já em seu artigo 12, ordena:

"Art. 12. O concessionário só poderá realizar a venda de veículos automotores novos diretamente a consumidor, vedada a comercialização para fins de revenda.

Parágrafo único. Ficam excluídas da disposição deste artigo:

- a) operações entre concessionários da mesma rede de distribuição que, em relação à respectiva quota, não ultrapassem quinze por cento quanto a caminhões e dez por cento quanto aos demais veículos automotores;*
- b) vendas que o concessionário destinar ao mercado externo." (Originais sem grifos)*

Isso significa que apenas o concessionário pode comercializar veículos 0km diretamente ao consumidor.

Saiu da fabricante ou concessionária, o veículo obrigatoriamente deve ser registrado pelo adquirente/proprietário, devendo seguir os procedimentos de expedição de CRLV e emplacamento do mesmo.

No caso em tela, a empresa SMART DO BRASIL COMERCIO REPRESENTAÇÃO EIRELI é considerada consumidora, por não se tratar de concessionária, e quando adquirir o veículo para então passar ao município de Catas Altas da Noruega automaticamente deverá gerar o primeiro emplacamento, pois, as revendas são enquadrada como primeiro proprietário.

Não existe nenhuma norma legal que autorize a empresa licitante SMART DO BRASIL COMERCIO REPRESENTAÇÃO EIRELI **OU QUALQUER OUTRA EMPRESA QUE NÃO SEJA CONCESSIONÁRIA** de oferecer veículo 0 km, pelo contrário, A LEI 6279/79, PROIBE TAL CONDUTA.

Frise-se que, é importante que se entenda que toda comercialização de veículo automotor deve atender às disposições específicas, e à Administração Pública, sobretudo, pela obrigação de atenção ao Princípio da Legalidade. ONDE CONSTA QUE A LEI 6.729/79 NÃO SE APLICA EM LICITAÇÕES?

III.2 - DELIBERAÇÃO 64 DO CONTRAN

Superado o debate, estando evidente que apenas fabricante (concedente) e distribuidora (concessionária) podem comercializar veículos novos (0km), necessário se faz esclarecer sobre a norma a respeito de "veículo novo".

O CONTRAN (Conselho Nacional de Trânsito), é o órgão coordenador, normativo e consultivo máximo, da política nacional de trânsito, competente do Sistema Nacional de Trânsito, responsável por estabelecer normas regulamentares para as leis de trânsito, bem como elaborar diretrizes da Política Nacional de Trânsito.

Como órgão máximo, o CONTRAN possui diversas atribuições, como coordenar todos os órgãos do sistema nacional de trânsito. Um exemplo prático são as normas de trânsito e os procedimentos para o registro de veículo, devendo os órgãos responsáveis por essas atividades estarem de acordo com as normas regulamentadoras estabelecidas por ele.

Neste diapasão, a Deliberação nº 64 do CONTRAN, regulamentou o que seria veículos novos e usados:

1º 2.12. VEÍCULO NOVO - veículo de tração, de carga e transporte coletivo de passageiros, reboque e semirreboque, antes do seu registro e licenciamento.

Assim, pode-se concluir que veículo novo é aquele que ainda não foi comercializado pelo fabricante (concedente) ou distribuidor (concessionário).

In casu, a SMART DO BRASIL COMERCIO REPRESENTAÇÃO EIRELI adquirirá o veículo da fabricante ou concessionária como consumidora final, passando a ser proprietária do veículo. Em atenção ao que dispõe os artigos 120 e 131, § 1º, todos do Código de Trânsito Brasileiro, a Recorrida deverá registrar o veículo em seu nome e licenciá-lo.

A partir da primeira aquisição, nos termos dos artigos 123, inciso I, do Código de Trânsito Brasileiro, será obrigatória a expedição do Certificado de Registro do veículo, ante a transferência de propriedade, que antes da Fábrica e agora do consumidor, com o consequentemente emplacamento do veículo para que seja inserida a informação no CRLV.

Nesse momento houve a aquisição do veículo pela empresa licitante SMART DO BRASIL COMERCIO REPRESENTAÇÃO EIRELI, e apenas após isso o veículo poderá ser transferido para o município de Catas Altas da Noruega, sendo o segundo proprietário, tendo adquirido veículo usado, nos termos da lei.

Não se pode deixar de observar que para esse procedimento obrigatório a ser seguido pela SMART DO BRASIL COMERCIO REPRESENTAÇÃO EIRELI, deve haver o recolhimento dos devidos impostos.

Somente após observado o trâmite legal, o veículo poderia ser transferido ao município de Catas Altas da Noruega, o que descaracterizaria a regra de entrega do

¹ <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=65318>

veículo 0 km, vez que o primeiro emplacamento se deu no momento de aquisição dos veículos pela empresa licitante SMART DO BRASIL COMERCIO REPRESENTAÇÃO EIRELI.

IV – DO ENTENDIMENTO JÁ PACIFICADO QUANTO AO ASSUNTO

IV.1 - DO TRIBUNAL DE CONTAS DE MINAS GERAIS

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS já proferiu várias decisões em que ratifica que só o concessionário autorizado pela fabricante pode comercializar veículos novos, 0 km, com garantia de primeiro emplacamento/registro.

O Tribunal apenas aplicou a lei vigente, CONFORME SEGUE:

“Diante do conhecimento da legislação, entende-se que, se somente a concessionária autorizada pela fabricante ou a própria fabricante/montadora podem vender o veículo novo ao consumidor final, a empresa revendedora autorizada, que certamente é caracterizada como consumidora, não conseguirá atender ao objeto da presente licitação: veículo zero km.” Autos Do Processo Nº: 1040657 – 2018 – Prefeitura Municipal de Mariléia

“2. A venda de veículos novos poderá ser efetuada por distribuidoras ou concessionárias. Assim, as revendedoras se qualificam apenas para a comercialização de veículos usados.
3. Veículo novo é aquele que ainda não obteve registro e licenciamento. Consequentemente, está ainda sujeito à realização do primeiro emplacamento – Deliberação CONTRAN nº 64/2008.” Denúncia nº 1047854 – Prefeitura Municipal de Rio Casca

“A legislação pátria determina que veículo considerado zero km (novo) só pode ser comercializado pelo próprio produtor ou por concessionária (ou distribuidor), conforme se verifica nos arts. 1º e 2º, incisos I e II, da Lei nº 6729/79, que disciplina a relação comercial de concessão entre fabricantes e distribuidoras de veículos automotores de via terrestre, *ipsis litteris*:

‘Art. 1º A distribuição de veículos automotores, de via terrestre, efetivar-se-á através de concessão comercial entre produtores e distribuidores disciplinada por esta lei e, no que não a contrariarem, pelas convenções nela previstas e disposições contratuais.

Art. 2º Consideram-se:

I – produtor, a empresa industrial que realiza a fabricação ou montagem de veículos automotores;

II – distribuidor, a empresa comercial pertencente à respectiva categoria econômica, que realiza a comercialização de veículos automotores, implementos e componentes novos, presta assistência técnica a esses produtos e exerce outras funções pertinentes à atividade;

...

Assim, conclui-se que a revenda de veículo por não concessionário ao consumidor final, descaracteriza o conceito jurídico de veículo novo. Na verdade, a venda de veículo por empresa não concessionária implica em novo licenciamento no nome de outro proprietário, enquadrando o veículo comercializado como usado.

Ainda sob o mesmo enfoque, o conceito de veículo novo está definido na Deliberação Contran nº 64, de 24 de maio de 2008, *verbis*:

“VEÍCULO NOVO – veículo de tração, de carga e transporte coletivo de passageiro, reboque e semirreboque, antes do seu registro e licenciamento.”

"VEÍCULO NOVO – veículo de tração, de carga e transporte coletivo de passageiro, reboque e semirreboque, antes do seu registro e licenciamento."

Dessa forma, o primeiro emplacamento só poderá ser feito se a aquisição do veículo tiver sido feita por meio de concessionária ou diretamente pelo fabricante. Denúncia Nº 1007700 – Prefeitura Municipal De São João Do Manhuaçu

"Em interpretação haurida dos termos utilizados na Deliberação nº 64 do CONTRAN e da disciplina de concessão comercial prevista na Lei nº 6.729, de 1979, é possível dizer que veículo novo é aquele comercializado por concessionária e fabricante, que ainda não tenha sido registrado ou licenciado." Denúncia N. 1015299 – Prefeitura Municipal de Curvelo

IV.2 - DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS

O TJMG também já manifestou sobre o tema e proferiu decisão no processo de número 1.0518.15.000850-7/001, com a seguinte jurisprudência:

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - MANDADO DE SEGURANÇA - PROCEDIMENTO LICITATÓRIO - PREGÃO - AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS DA LEI 8666/93 E ATENDIMENTO AO EDITAL – EMPRESA FABRICANTE OU CONCESSIONÁRIA DE VEÍCULO AUTOMOTOR - NECESSIDADE - AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO DA IMPETRANTE - SEGURANÇA DENEGADA - RECURSO DESPROVIDO. De acordo com a Lei nº 8.666/93 a licitação destina-se, observado o princípio constitucional da isonomia, à seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional, sendo processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. A licitação é ato estritamente vinculado aos termos da lei e às previsões editalícias, sendo as regras aplicáveis indistintamente a todos os proponentes. A aquisição de veículos diretamente de concessionária atende ao disposto no art.15, I, da Lei 8666/93, não possuindo a Impetrante direito líquido e certo, **porquanto não se trata de empresa fabricante ou concessionária, não podendo efetuar vendas diretas de veículos a Administração, devendo ser denegada a segurança.** (Originais sem grifos)

Não há qualquer dúvida de que o revendedor não pode comercializar veículo 0 km, sendo entendimento uno dos tribunais.

IV.3 - DA CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO

A CGU em resposta ao pedido esclarecimento nº 02 – PE nº 01/2014, respondeu que

"...a razão disso é muito simples. Como a venda do veículo novo somente pode ser efetuada por concessionário ou fábrica a consumidor final, e este, nos termos do art. 120, do CTB, tem a obrigação de registro o veículo perante o órgão executivo de trânsito do Estado ou do Distrito Federal, no Município de seu domicílio ou residência, a conclusão irrefutável é de que o veículo que, adquirido da concessionária, é revendido somente ser transferido ao novo comprador após o seu registro e licenciamento. Assim, aquele que pretende revender um veículo adquirido de uma concessionária tem a obrigação de, primeiramente, registrar e licenciar o veículo em seu nome, e, somente após essa

o veículo, obviamente, não será mais considerado novo (tudo isso foi explicado ao Pregoeiro através da Nota de Esclarecimento) ..." (Originais sem grifos).

V. DA POSSÍVEL EVASÃO FISCAL

Além de não atender às disposições legais e editalícias, para o **SINDICATO DOS CONCESSIONÁRIOS E DISTRIBUIDORES DE VEÍCULOS DE MINAS GERAIS (SINCODIV-MG)** são inúmeras as irregularidades cometidas pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte em processos licitatórios para aquisição de veículos 0 km, sendo o DETRAN/MG notificado para tomar providências. (doc. Anexo)

Segundo o Sindicato, as Micro e Pequenas Empresas adquirem os veículos PARA USO PRÓPRIO, com grandes descontos das fabricantes e imediatamente transferem para os municípios sem recolher o ICMS, o que causa prejuízos ao erário e configura irregularidade fiscal.

Embora se trate de questões afetas ao fisco e aos Estados envolvidos nas transações comerciais, é inadmissível o município tendo conhecimento da ilegalidade praticada, promova a compra de veículo em que não se observará o cumprimento da legislação tributária.

Por mais vantajosa que seja a licitação, ao Administrador Público só é dado fazer o que a lei autorize, pois, a administração não tem fins próprios, sendo esta "escrava" do ordenamento. Até porque, a inobservância da legislação tributária, no caso, pode acarretar prejuízo ao erário, e ao Município de Catas Altas da Noruega, uma vez que Conforme Convênio ICMS 67/18, o Município poderá ser responsabilizado pelo pagamento do imposto conforme se demonstra a seguir.

Para evitar tal situação deve-se observar o que foi determinado pelo Ilustre Conselheiro Cláudio Couto terraõ no **Processo nº: 1.088.894, segue:**

"(...). Nesse contexto, a Administração Pública do Município de Juatuba deve atuar de forma a garantir o cumprimento da referida norma, exigindo, antes da transferência da propriedade do veículo, comprovação do emplacamento e CRLV em nome da revendedora, bem como o recolhimento do IPVA, DPVAT e demais taxas, além do pagamento da diferença do ICMS, se for o caso (...)"

VI - CONVÊNIO ICMS 67/18, DE 05 DE JULHO DE 2018

O Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) divulgou novas regras da Venda Direta. Esse método é a compra junto à montadora sem o intermédio do concessionário. Caso o veículo seja revendido antes dos doze meses, o vendedor será

7

PARPINELLI MOUTINHO

Advogados Associados

obrigado a recolher a diferença de ICMS. A isenção do ICMS é que faz a compra vantajosa no modo de venda direta.

O 2º Convenio 67/18 alterou o Convênio ICMS 64/06, responsável por disciplinar a operação de venda de veículo realizada por pessoa jurídica com menos de 12 (doze) meses da aquisição da montadora. Segue:

3ª Cláusula primeira Ficam alterados os dispositivos a seguir indicados do Convênio ICMS 64/06, de 07 de julho de 2006, que passam a vigorar com a seguinte redação:

I – a ementa:

“Estabelece disciplina para a operação de venda de veículo autopropulsado realizada por pessoa física que explore a atividade de produtor agropecuário ou por qualquer pessoa jurídica, com menos de 12 (doze) meses da aquisição da montadora.”;

II – a cláusula primeira:

“Cláusula primeira Na operação de venda de veículo autopropulsado, realizada por pessoa física que explore a atividade de produtor agropecuário ou por qualquer pessoa jurídica, antes de 12 (doze) meses da data da aquisição junto à montadora, deverá ser efetuado o recolhimento do ICMS em favor do estado do domicílio do adquirente, nas condições estabelecidas neste convênio.

Parágrafo único. As pessoas indicadas no caput poderão revender os veículos autopropulsados do seu ativo imobilizado, após transcorrido o período indicado no caput como dispuser a legislação da sua unidade da Federação.”;

III – os §§ 3º e 4º da cláusula segunda:

“§ 3º O imposto apurado será recolhido em favor da unidade Federada do domicílio do adquirente, pelo alienante, através de GNRE ou documento de arrecadação próprio do ente tributante, quando localizado em Estado diverso do adquirente, e quando no mesmo Estado, através de documento próprio de arrecadação do ente tributante.

“§ 4º A falta de recolhimento pelo alienante não exclui a responsabilidade do adquirente pelo pagamento do imposto que deverá fazê-lo através de documento de arrecadação do seu Estado, por ocasião da transferência do veículo.”; (Originais sem destaque)

IMPORTANTE FRISAR QUE, CONFORME O § 4º, O MUNICÍPIO DE CATAS ALTAS DA NORUEGA ASSUMERIA A RESPONSABILIDADE DE RECOLHER TAL DIFERENÇA CASO A EMPRESA SMART DO BRASIL COMERCIO REPRESENTAÇÃO EIRELI NÃO O FAÇA. É O QUE DIZ A LEI!

VII - DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

Como já dito anteriormente, ao gestor não é dada a oportunidade de atender ou não aos mandamentos legais e princípios da Administração Pública, devendo sua atividade ser totalmente vinculada ao que dispõe a lei.

² https://www.confaz.fazenda.gov.br/legislacao/convenios/2018/CV067_18

³ https://www.confaz.fazenda.gov.br/legislacao/convenios/2018/CV067_18

O princípio da vinculação ao instrumento convocatório materializa o princípio da legalidade no processo licitatório e vem expressamente positivado na Lei 8.666/93, nos seguintes termos:

"Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada."

No mesmo sentido, no art. 4º, inciso VII, da Lei nº 10.520/2002:

"Art. 4º A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:

(...)

*VII - aberta a sessão, os interessados ou seus representantes, apresentarão declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e entregarão os envelopes contendo a indicação do objeto e do preço oferecidos, procedendo-se à sua imediata abertura e à **verificação da conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório;**" original sem destaque)*

A observância ao edital efetiva o princípio inscrito dentre os demais princípios que regem a Administração Pública, disposto no caput do artigo 37 da Carta Magna:

*"Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de **legalidade**, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...)."*

A eficácia de toda atividade administrativa está condicionada ao atendimento da Lei e do Direito. É o que diz o inc. I do parágrafo único do art. 2º da Lei 9.784/99. Com isso, fica evidente que, além da atuação conforme à lei, por nítido descumprimento ao edital, por parte da empresa licitante SMART DO BRASIL COMERCIO REPRESENTAÇÃO EIRELI tem-se por inequívoca a nulidade do ato administrativo que classificou as referidas empresas no certame licitatório, VISTO SER LEGALMENTE IMPOSSIVEL UMA REVENDA ENTREGAR VEÍCULOS NOVOS (OKM).

VIII – DA DILIGÊNCIA NO MUNICÍPIO DE BUGRE

Foi feita diligência para conferir a entrega de um veículo similar ao que o Município de Catas Altas da Noruega pretende adquirir no município de Bugre, onde foi comprovado que é legalmente impossível que uma revenda faça a entrega de veículos com primeiro emplacamento. Foi constatado que as revendas usam das notas fiscais das concessionárias para fazer o emplacamento, burlando o sistema e inserindo outro CNPJ no certame sem que o município saiba.

Acontece que as revendas compram os veículos nas concessionárias autorizadas ou diretamente nas fábricas e pedem para que sejam faturados diretamente para os

municípios, ou seja, no caso do município de bugre o veículo não passou pela empresa SMART DO BRASIL COMERCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI e foi direto para o município.

Neste caso, constava como vendedor a empresa RODOBENS VEÍCULOS COMERCIAIS SP S.A e não SMART DO BRASIL COMERCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI.

Desta forma as revendas se livram dos impostos e taxas, já que os municípios são isentos destes pagamentos.

Foi exatamente a empresa SMART DO BRASIL COMERCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI quem tentou burlar o sistema para então "entregar o veículo como primeiro emplacamento" no município de Bugre.

São várias as denúncias que são encaminhadas mensalmente para este tribunal sobre o impedimento legal das revendas de comercializar veículos, além da evasão fiscal que acontece quando são declaradas vencedoras, MÁIS NADA É FEITO PARA IMPEDIR.

Dito isso, outro deslinde não pode ter o presente caso a não ser a revisão do ato administrativo e consequentemente os municípios orientados quanto a esta situação.

CASO NÃO SEJA O ENTENDIMENTO DE VOSSAS SENHORIAS REQUER AO MENOS SEJA O MUNICÍPIO COMPELIDO A ZELAR PELO CUMPRIMENTO DA NORMA, CONVÊNIO Nº 67/18 DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA (CONFAZ), CONFORME ORIENTAÇÃO DESTE TRIBUNAL DE CONTAS, "...EXIGINDO, ANTES DA TRANSFERÊNCIA DA PROPRIEDADE DO VEÍCULO, COMPROVAÇÃO DO EMPLACAMENTO E CRLV EM NOME DA REVENDEDORA, BEM COMO O RECOLHIMENTO DO IPVA, DPVAT E DEMAIS TAXAS, ALÉM DO PAGAMENTO DA DIFERENÇA DE ICMS, SE FOR O CASO. " (TCMG, PROCESSO Nº 1.088.894)

IX - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não há como falar em Princípio da Legalidade se o Município de Catas Altas da Noruega não observar a legislação vigente como a Lei 6.729/79;

Não há como falar em Princípio da Moralidade se a Ética comercial não é respeitada;

Não há como falar em Princípio da Igualdade se propostas de empresas que se beneficiam ilegalmente de descontos, sem recolher suas obrigações fiscais, são aceitas;

Não há como falar em Princípio da Economicidade se o Município de Catas Altas da Noruega concorda com manobras fiscais e assume o risco de recolher diferença de ICMS para o Licitante;

Não há como falar em Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório se o objeto licitado não precisa estar em conforme a Lei que o regulamenta;

Não há como falar em Princípio da Probidade administrativa se todos os demais são desconsiderados.

NÃO É O FATO DA EMPRESA SMART DO BRASIL COMERCIO E REPRESENTAÇÕES EIRELI ENTREGAR O VEICULO SEM QUILOMETRAGEM RODADO, E SIM A CONDIÇÃO LEGAL PARA QUE POSSA COMERCIALIZAR VEÍCULO NOVO (0KM) COM PRIMEIRO EMPLACAMENTO! QUE NÃO EXISTE!!!

Nesse ponto, a legalidade, como princípio de administração, significa que o administrador público está, em toda sua atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei, e às exigências do bem comum, e deles não se pode afastar ou desviar, sob pena de praticar ato inválido e expor-se à responsabilidade disciplinar, civil e criminal, conforme o caso.

As restrições impostas à atuação do administrador público, pelo princípio da moralidade, e demais postulados do artigo 37 da CF são auto aplicáveis pois trazerem uma carga de normatividade apta a produzir efeitos jurídicos, permitindo, em consequência, ao Judiciário exercer o controle dos atos que transgridam do texto constitucional.

O princípio da vinculação ao instrumento convocatório possui extrema relevância, na medida em que vincula não só a Administração, como também os administrados às regras nele estipuladas. Dessa feita, em se tratando de regras constantes de instrumento convocatório, deve haver vinculação a elas.

É o que estabelecem os artigos 3º, 41 e 55, XI, da Lei nº 8.666/1993, *verbis*:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:
[...]

XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexistiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor;

Portanto, a empresa declarada habilitada e vencedora dos itens do edital não possuem condições legais de atender o Edital. Todo o apresentado, seja a Lei Nº 6.279/79, as jurisprudências do TCEMG, TJMG e demais normas deixam isso bem claro,

devendo a decisão tomada pelo pregoeiro ser revista como forma da mais pura e cristalina legalidade.

X - DOS PEDIDOS

DO PEDIDO LIMINAR - Diante de todo o exposto, Requer LIMINARMENTE antecipação parcial da tutela pretendida, para que se digne a suspensão imediata do Pregão, à vista dos elementos trazidos aos autos e do arcabouço de provas lançadas a configurar o direito, e principalmente pela possível perda do objeto caso a compra seja efetivamente concluída, **considerando que se trata de um Registro de Preços e o bem já pode ter sido adjudicado. Esta medida é indispensável para a Denunciante e em nada prejudicará o Município,** portanto, não se mostra presente o perigo de irreversibilidade do provimento.

Caso não seja concedida a medida liminar, requer **SEJA O MUNICÍPIO COMPELIDO A ZELAR PELO CUMPRIMENTO DA NORMA, CONVÊNIO Nº 67/18 DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA (CONFAZ), CONFORME ORIENTAÇÃO DESTE TRIBUNAL DE CONTAS, "...EXIGINDO, ANTES DA TRANSFERÊNCIA DA PROPRIEDADE DO VEÍCULO, COMPROVAÇÃO DO EMPLACAMENTO E CRLV EM NOME DA REVENDEDORA, BEM COMO O RECOLHIMENTO DO IPVA, DPVAT E DEMAIS TAXAS, ALÉM DO PAGAMENTO DA DIFERENÇA DE ICMS, SE FOR O CASO. "** (TCEMG, PROCESSO Nº 1.088.894)

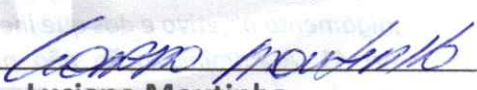
Requer também:

Que seja aplicado o entendimento atual deste Honroso Tribunal de Contas determinando ao pregoeiro que reconsidere sua decisão, nos termos da Lei 6.729/79 e demais dispositivos legais.

Que seja aplicada a multa legal a toda comissão de licitação.

Termos em que pede, e espera deferimento.

Sete Lagoas, 08 de julho de 2021.


Luciano Moutinho
OAB/MG 135.436

SEGUE ANEXO DILIGÊNCIA NO MUNICÍPIO DE BUGRE ONDE FOI CONSTATADO A TENTATIVA USUAL PARA BURLAR O SISTEMA E ENTREGAR O VEÍCULO COMO PRIMEIRO EMPLACAMENTO

SEGUEM ANEXO DEMAIS DOCUMENTOS QUE COMPROVAM TODO O ALEGADO!